

História e Literatura: considerações a respeito de um eterno dilema

LUIS FERNANDO TOSTA BARBATO*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer considerações a respeito da problemática relação entre a história e a literatura, evidenciando que há um segmento de estudiosos que trazem ambas como campos muito próximos, por vezes até mesmo únicos, o que leva a acalorados debates acerca da própria especificidade da História, e os limites que sua escrita tem se comparados às narrativas de ficção. Para isso, mostramos aqui como se dá essa problemática, além de trazer alguns dos principais nomes envolvidos nessa batalha pela própria sobrevivência da história, pelo menos aquela que ainda guarda resquícios da disciplina forjada nos idos do século XIX, nascida sobre uma base pretensamente científica, e que a todo momento se vê questionada. Assim, o que buscamos aqui é trazer um panorama desse debate que coloca história e literatura lado a lado, e todos os problemas e indagações que essa proximidade acarreta.

Palavras-chave: Teoria da História; História e Literatura; Interdisciplinaridade

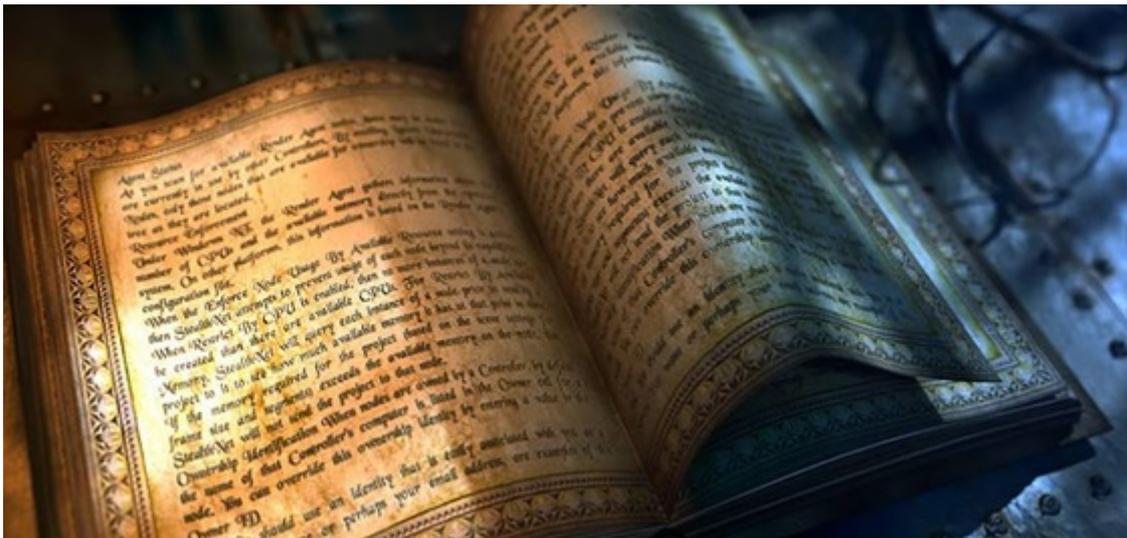
Abstract

This article aims to bring considerations regarding the problematic relationship between history and literature, showing that there is a segment of scholars who bring both fields as very close, sometimes even unique, which leads to a heated debate about their own specificity of history, and the limits which his writing has if compared to the science fiction. For this, we show here how is this problem, and bring some of the leading names involved in this battle for the very survival of the history, at least one that still bears remnants of discipline forged in the nineteenth century, was born on a base supposedly scientific and that every moment is seen questioned. So, here is what we seek to bring an overview of this debate that puts history and literature side by side, and all the problems and questions that this closeness brings.

Key words: Theory of History; History and Literature; Interdisciplinarity.



* **LUIS FERNANDO TOSTA BARBATO** é doutorando em História Cultural pela Unicamp; Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).



Segundo David Harlan, “após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, mostrando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem a presença zombeteira bem no coração daquilo em que, insistiam eles, consistia sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica” (HARLAN, 2000, p.15)

As palavras de Harlan nos servem como ponto de partida para tratar das inquietações sobre a relação entre literatura e a história, mostrando que, pelo menos depois que esta se formou como disciplina no século XIX, a relação com a literatura sempre foi marcada por desconfianças e instabilidades, exercendo esta grande preocupação sobre aquela, e a observação da grande produção de artigos e livros que debatem tal questão servem para constatar essa inquietação. Ou seja, a literatura assustou, e ainda assusta, muitos historiadores, estes ainda apegados a certos cânones da ciência forjados nos idos dos oitocentos, que por mais que alguns deles tenham sido rebatidos e contestados, ainda

ajudam a definir e construir aquilo ao qual dedicam seus ofícios: a história.

Isso porque a história se formou, no final do século XIX, baseada no modelo das ciências físicas e naturais, portanto, dentro do modelo que se chamou de *científico*. O historiador deveria descrever e explicar o passado de maneira racional e objetiva, devendo estes relatos estar isentos de subjetividade humana, para aproximá-los com maior fidelidade àquilo “que realmente aconteceu” (SCHMIDT, 2000, p.194).

Dessa maneira, a literatura, com toda sua subjetividade e fantasia, deveria manter-se à distancia da história “científica”, “verdadeira”. Essa postura de separação entre a história e a literatura não estava presente somente nas escolas alemã de Ranke, ou na francesa de Langlois e Segnobos, mas também nos historiadores marxistas e em vários autores da Escola dos Annales.

O melhor exemplo desse fato é a chamada história qualitativa serial, muito em voga nos anos de 1970, que pretendia captar, através da precisão dos números, os movimentos profundos da

longa e da média duração, “as verdadeiras forças explicativas do passado, sem qualquer apelo às narrativas de cunho literário” (SCHMIDT, 2000, p.194).

No entanto, esse distanciamento não se manteve por todo o tempo, e essa suposta cientificidade da história, tão cara a tantos, logo foi posta em xeque, aproximando – e ao mesmo tempo afastando, visto que certos ressentimentos se afloraram – os dois campos do saber. Primeiro por Ferdinand de Saussure, um estruturalista, que deu os primeiros sopapos naquela pretensa cientificidade da história, tão aclamada por seus contemporâneos, depois pelos pós-estruturalistas, que chegaram para balançar de vez o mundo no qual havia espaço para a história e para a literatura, estando elas, sempre, cada uma no seu canto.

Saussure veio com a teoria de que a linguagem constitui e articula a realidade, ao invés de refleti-la ou expressa-la. O significado tornou-se função do sistema linguístico, com suas regras fixas e pares de oposições, ao invés de algo a ser descoberto na natureza ou no passado. Já no pós-estruturalismo, esse sistema linguístico fechado e estável é substituído por outro oposto, aberto e instável (HARLAN, 2000, p.16).

O pós-estruturalismo distinguiu-se do estruturalismo não por negar suas premissas, mas sim por levá-los às últimas consequências. No pós-estruturalismo acredita-se que a própria abordagem estruturalista em ciências humanas não é outra coisa senão uma resposta lógica às estruturas imanentes à cultura ocidental contemporânea (VASCONCELOS, 2000, p.109).

Na história o pós-estruturalismo exerceu profunda influência, pois deu uma resposta aos historiadores perante seu eterno dilema: estarem situados a meio caminho entre a ciência e a arte, entre o rigor do método e o sabor da literatura. Disseram-lhes que abandonassem as pretensões científicas e que assumissem que a história é na verdade um gênero literário (VASCONCELOS, 2000, p.109). Assim, é em meio a essa “crise epistemológica” da história que podemos situar os autores que analisaremos.

Peter Burke, dentro do seu projeto de tratar dos gêneros de fronteira, faz um apanhado bastante interessante de como a história se transformou no decorrer do tempo. O historiador britânico começa pela antiguidade clássica, nos mostrando como as fronteiras que separavam a história das outras disciplinas – principalmente da literatura – eram muito mais tênues que nos dias de hoje.

Burke começa tratando de Tucídides, considerado frequentemente como “científico” e objetivo, um contraponto, se comparado ao seu célebre contemporâneo, e “pai da história”, Heródoto¹. No entanto, ao analisar-se a obra desse “historiador”, Burke podemos observar que vários discursos

¹ As palavras de Ernesta Zamboni nos ajudam a compreender melhor as diferenças entre os dois gregos no que concernia às suas escritas da história: Tucídides rejeita a pesquisa de Heródoto por considerá-la sem consistência, frágil, por estar baseada na memória e na subjetividade. Segundo ele, não se pode acreditar na memória para garantir a fidelidade do relato. Ele exige uma reconstrução crítica dos acontecimentos. Nos seus escritos é encontrado um rigor assentado na crítica, na razão, na austeridade, no controle. Ele reivindica a escrita como uma forma de fixação da realidade. Em Heródoto, a narrativa estava fundamentada na memória, na emoção e no prazer (ZAMBONI, 1998, p.8).

e personagens, que desempenham papel importante em sua obra, simplesmente não existiram, mas sim foram inventados por Tucídides, ou seja, mesmo o mais “cientista” dos historiadores gregos, o mais historiador, dentro dos modernos parâmetros da disciplina, não escapava aos devaneios e criações da ficção, aproximando sua história daquilo que seria chamado de literatura.

À primeira vista, essa atitude de Tucídides pode ser considerada um tanto quanto repudiável, pois a observamos através da óptica da história já formada como disciplina, e que por mais que fora inundada com ideias que quebraram a pretensa noção de que era possível contar o passado de maneira objetiva e imparcial, ainda vivemos em um mundo em que a história tem suas particularidades que as diferenciam como disciplina, e pelo menos um certo compromisso com o real ainda se mantém. No entanto, na Grécia Antiga, colocar discursos inventados em meio a relatos ditos como verdadeiros não era considerado um absurdo, justamente pela linha divisória entre a literatura e a história não ser tão marcada naquele período, existindo assim várias regiões de intersecção entre os gêneros, possibilitando a interpenetração (BURKE, 1997, p. 108).

Burke cita ainda o exemplo da *Ciropedia*, de Xenofonte, na qual a vida de Ciro, rei da Pérsia, é trazida de maneira na qual ficção e realidade se misturam sem aviso prévio ao leitor. Segundo Burke, isso acontecia porque havia um projeto de Xenofonte por trás do relato, de mostrar a biografia de Ciro como um exemplo a ser seguido. O que importava era o exemplo, e não se o relato era ficção ou história, saber se era história ou literatura parecia ser o menos importante nesse momento.

Em suma, na Grécia antiga a distinção entre história e literatura era autoconsciente (derivada da própria consciência de distinção), mas também porque a fronteira que separa os dois gêneros era mais aberta (BURKE, 1997, p. 108).

Outra que trabalha com essa questão na Antiguidade é Jeanne Marie Gagnebin. Ela concorda com Burke no que diz respeito às fronteiras bem menos marcadas entre os gêneros na Grécia antiga comparando com os dias de hoje.

Ela traz um Heródoto, dito historiador, que não tinha restrições em escrever sobre os mais variados temas – “a tradição dos povos longínquos, as causas das enchentes no Nilo ou as razões de uma derrota militar” –, “pois esta profusão de dados” que nos parecem bastantes diversos uns dos outros e que hoje tanto incomoda profissionais empenhados em diferenciar a história da geografia, da sociologia ou da antropologia, na época pouco importava. O que diferencia a pesquisa de Heródoto das demais não são seus objetos de estudo, mas sim a forma de aquisição de conhecimentos (GAGNEBIN, 1977, p. 16).

Tanto que a História de Heródoto é bastante diferente da história que estamos acostumados, a história dos séculos XIX e XX. Primeiro por que privilegia os testemunhos orais, não usando documentos escritos que poderiam ajudá-lo. Essa oralidade sublinha uma tradição mítica e poética, transmitida de geração a geração.

Além disso, Gagnebin cita um aspecto bastante importante: o ritmo e a beleza em sua narrativa, que lembram um poema épico. Segundo a autora, “a prosa de Heródoto está cheia de digressões maravilhosas, de anedotas amenas ou pedagógicas, quem mantém

aceso o interesse do ouvinte (e do leitor) (GAGNEBIN, 1977, p. 18)”. Essa perspectiva dá bases para iniciarmos a discussão sobre outro ponto que a História e a literatura “se estranham”: a beleza da escrita da história.

Disse certa vez Walter Prescott Webb, presidente da *American Historical Association*, em finais do século XIX:

“Há alguma coisa de historicamente inconveniente no escrever bem (...) existe um grande abismo entre a verdade e a beleza, e o erudito que tenta supera-lo merece cair nele e afogar-se (...) o verdadeiro estudioso deve escolher a verdade e é melhor que ela seja feita tão feia que ninguém duvide de sua virgindade” (BENATTI, 2000, p.72).

Apesar de toda essa ortodoxia mostrada acima, e de se tratar de uma concepção de histórica escrita há muito tempo atrás, não podemos negar que nunca coube ao historiador a tarefa de escrever “bonito”, dentro desse campo que delimitou campos do saber, ciências e estilos, coube à história um papel mais ligado ao seu conteúdo, e não à sua forma. Escrever bonito é um talento bem vindo ao historiador, mas a história requer compromissos que vão além dessa estética, e isso, no fundo, é o que realmente importa.

Hartog toca nesse ponto, citando que o trabalho do historiador, seu talento, sua originalidade com relação a seus predecessores imersos em saberes difusos, decorre do seu domínio da arte da exposição. Hartog diz que a História pertence claramente ao campo da retórica, e que é uma obra de oratória por excelência. É o orador, e também o homem político na visão de Cícero, é o homem capaz de escrever. No entanto, afirma Hartog que esse ato de escrever bem não exclui da história a exigência

que ela tem com a verdade (HARTOG, 1998, p.197). Assim, mais uma vez, a verdade – sempre colocando esse termo entre as muitas aspas que merece – é o compromisso, e a escrita, apenas o meio como ele se mostra.

Alfredo Bosi vai ao encontro dessa posição de Hartog, afirmando que é provável que realmente exista uma fronteira entre a história e a literatura, por mínima que seja. Para ele essas fronteiras são bastante “estranhas”, mas não deixam de serem reais.

Cita o exemplo das memórias, que mesmo utilizando o autor da primeira pessoa gramatical como sujeito da enunciação, mesmo que sejam diários, cartas, autobiografias, ou seja, textos que estão às vezes próximos do que consideramos literatura. No entanto, esses escritos podem passar para o “lado de lá” da fronteira, ou seja, o da não-ficção, pois para Bosi é a consciência do autor que determina seu lugar entre as fronteiras.

Segundo ele, o autor sabe que é o objeto da sua escrita é a sua experiência, e se trata de uma experiência que ele pode testar, empiricamente verificável, o real que aconteceu. Bosi acredita que o escrito, ao assumir-se no plano da não ficção ele tem a consciência de quando está mentindo, e o leitor também, e críticas poderão vir. Portanto afirma Bosi: “Onde há a intenção histórica, o controle do leitor faz sentido” (BOSI, 1997, p.12).

O outro lado dessa fronteira é o romancista, e segundo Bosi, esse não mentiria nunca, pois ele está efetivamente trabalhando com representações da imaginação que podem, ou não, ter conteúdo empírico historicamente documentado. O romancista, mesmo que trabalhando com um fato maciçamente

documentado, o seu regime de texto é a ficção (BOSI, 1997, p.12).

Bosi ainda aponta outras divergências entre os gêneros: Traz os exemplos da diferença de uma descrição de paisagem feita por um historiador e por um romancista. Para o primeiro interessa apenas demarcar o lugar em que a cena vai se desenvolver². Já para o segundo, o pano de fundo terá uma força simbólica, até aparecerem os personagens que nascem organicamente daquele mundo, formam um todo com o ambiente.

Outro fator importante para Bosi é a importância do devaneio e do desejo do personagem para produzir acontecimentos no romance, caso esse inexistente na não-ficção. No romance o autor “lê” os pensamentos das personagens e a partir deles arquiteta os eventos (BOSI, 1997, p.12), e quanto o historiador pode ler apenas aquilo que os documentos lhe legara, delimitando a extensão dessa arquitetura de eventos que discorre.

Portanto, para Bosi, a separação entre história e literatura se dá mais na consciência dos seus autores: o historiador sabe quando mente e isso pode desmoralizá-lo, já o literato sabe que há momentos “em que se opera toda uma fenomenologia do desejo e em que entra elementos imaginários”. Portanto, notamos que Bosi crê nessa fronteira história-literatura.

Burke em seu texto traz uma história da relação história-literatura, e mostra acreditar que ambas andam juntas, apesar de estarem separadas, mas que

² É claro que nem todos os historiadores trazem o meio apenas como plano de fundo para suas histórias, é só lembrar-se de Braudel e seu Mediterrâneo, ou Ladorie e seu Languedoc, ou de grande parte daqueles que se dedicam ao estudo da história ambiental, para ficarmos apenas em alguns exemplos.

suas fronteiras são transpassáveis. Ele se mostra simpático à influência da literatura na história, pois afirma ser seu desejo a existência de uma “história humana” em reação contra a macro-história, a história quantitativa, o determinismo (seja marxista ou estruturalista) que atiraram os historiadores aos braços dos romancistas.

Partiremos agora para a análise do texto de José Saramago, que tem uma visão bastante diferente em relação a essa fronteira história-literatura, comparando com Bosi. Saramago começa seu texto afirmando algo que ele mesmo acredita que pode soar temerário: a história, em última análise, é pura ficção (SARAMAGO, 2000, p.11).

Ele afirma isso dizendo que o historiador seleciona fatos, e ainda os organiza de maneira coerente, muitas vezes com intenção prévia. Segundo Saramago, a escolha dos fatos exerce-se sempre sobre consensos ideológicos e culturais determinados, que “fazem da História o ramo de conhecimentos menos capaz de surpreender” (SARAMAGO, 2000, p.12).

Assim, ao selecionar determinados fatos, o historiador estará automaticamente renegando outros. Logo, esse historiador não se limitará a escrever história, mas ele fará história, com todo o peso que esse fazer carrega. O historiador, tendo decidido sobre o que do passado mereceria ou não mereceria atenção, acaba por surgir como criador de um novo mundo, e a história mais uma vez se aproxima da literatura.

Saramago acredita ser impossível reconstituir o passado, nem que de modo apenas satisfatório, ficando sempre sombras entre os fatos. E é nessas sombras que o romancista entra,

“inventando pontes que liguem fatos isolados, e também, com supremo atrevimento, substituindo algo do que foi por aquilo que poderia ter sido”.

Saramago acredita que conhecer o passado de maneira efetiva não é a única forma de entender nosso presente. Uma revisitação do passado feito por um romancista com uma intenção crítica, “uma nova operação introduzirá na rede dos fatos certa instabilidade, certa vibração, um processo de reajustamento porventura tão útil ao entendimento do nosso presente como a descontração efetiva, comprovada do que realmente aconteceu”.

É justamente por deixar espaços obscuros em sua narrativa que a história se aproxima da ficção, dado que procede a omissões, portanto a alterações da realidade, estabelecendo entre os acontecimentos relações que são diferentes porque são incompletas (SARAMAGO, 2000, pp.14-15).

Assim, seguindo os passos de Saramago, onde história e literatura partilham de mais facetas comuns que discordantes, caímos em Hayden White, historiador americano que dentre todos aqueles que defendem uma história e literatura, se não unas, pelo menos próximas, foi aquele que mais transgrediu os cânones de uma história científica e objetiva, forjada nos idos do século XIX. Digo isso porque White transgride esses cânones ao trazer a escrita da história como essencialmente a mesma daquela produzida pelo escritor de ficção na sua composição narrativa, pois, para ele, o texto compõe sua própria realidade. Apesar da narrativa histórica se construir sobre o real – mesmo que questionável – e a literária sobre o imaginário, no fim ambas acabam por se encontrar e partilhar um mesmo caminho, pois não

deixam de serem construções verbais (WEINHARDT, 2002, p.106).

É claro que essas objeções de White não poderiam passar incólumes ao crivo daqueles que passaram grande parte de suas vidas em arquivos, respirando poeira e buscando por anos a fio por documentos que pudessem valer pouco mais que linhas em seus escritos de história. Comparar a história com a literatura poderia até ser engolido, mas dizer que ambas no fim eram a mesma coisa, apenas construções verbais era demais, e White, e vários outros empenhados em desestabilizar a “ciência histórica”, do qual se destaca Dominick La Capra (os quais Lloyd Kramer chamou de combatentes capazes de deixar seus adversários desconcertados)³, acumularam uma série de desafetos entre aqueles que defendiam e acreditavam na história como algo além de mera construção literária (KRAMER, 1992, p.132).

E nomes de peso saírem em defesa da história, como foi o caso de Carlo Ginzburg e de Roger Chartier. Ginzburg, autor de *O queijo e os vermes*, obra que, segundo Marilene Weinhardt o coloca em posição privilegiada para tratar da permeabilidade dos dois discursos (WEINHARDT, 2002, p.106), reconhece que em muitos momentos as linhas entre história e literatura podem ser tênues, mas não faz questão de mostrar sua antipatia às teorias que solapavam da história suas

³ A frase a seguir, de Kramer, nos serve para mostrar o quão nomes como White e La Capra abalaram os debates sobre a história: “Esses dois combatentes desenvolveram a investida literária com uma força intelectual extraordinária, ainda que a complexidade de suas manobras tenha às vezes confundido seus seguidores e, quase sempre, deixado seus adversários desconcertados” (KRAMER, 1992, p.132).

características que formavam sua própria essência:

A fronteira entre a ficção e os discursos históricos torna-se cada vez mais turva. Mas não faltaram objeções intelectuais bem como morais contra essa atitude neocéptica. Quanto a mim, ela não inspira nenhuma simpatia...” (GINZBURG, 1991, p.92).

Para Ginzburg, era óbvio e elementar que a história e a literatura tinham suas diferenças, apesar de em muitos momentos se encontrarem e se confundirem. Enquanto o romancista cria seus personagens e situações a partir de sua imaginação, o historiador busca nos documentos aquilo no que baseará aquilo sobre o qual vai escrever, são as provas, vestígios do passado que não podem ser forjados, e sobre as quais o historiador tem que se basear para escrever suas narrativas. Por mais que elas não sejam verdade absolutas, elas servem como elemento empírico essencial ao historiador, sem os quais seus textos não existiriam, pelo menos não dentro dos parâmetros que busca. Ou seja, o documento delimita e cerceia o historiador, enquanto o romancista tem todo um mundo à disposição, para ser colocado no papel (BODEI, 2001, p.67).

Chartier também assume seu posto no campo de batalha ao qual se apresentaram White e La Capra como combatentes, ao lado de Ginzburg, na batalha pela história, Chartier argumenta que a escrita da história passa por toda uma série de etapas características, marcadas por procedimentos próprios da escrita da história, e que escapam ao romancista, como análise de dados, a formulação de hipóteses, a crítica e verificação de resultados, além de uma articulação entre o discurso do historiador e de seu próprio objeto de pesquisa. Se todo esse

método ajudava a distanciar o ofício do historiador daquele do romancista, Chartier vai mais fundo e cita a dependência em relação ao arquivo, e, portanto, em relação ao passado do qual ele é vestígio, o que acaba, mais uma vez, por delimitar o campo de trabalho do historiador àquilo que o arquivo lhe fornece, enquanto o romancista, novamente, tem o mundo à sua disposição (CHARTIER, 1994, p. 110).

Aqueles que mofaram junto com seus documentos nos arquivos, e que passaram talvez a vida toda sem encontrar um final para suas histórias, justamente porque o documento em que esse final estava nunca fora encontrado, pareciam perplexos ao ler que sua tão árdua tarefa de busca, cheia de limitações e privações, cheias de dúvidas e curiosidades eternas, fossem comparadas à escritos onde tudo era possível.

No entanto, como nos disse Kramer, esses combatentes eram bem treinados e armados, e causavam frisson por onde passavam, e os embates continuariam... E continuam até hoje, sem solução. Afinal, a própria história já assumiu que o passado na maneira como ele “realmente aconteceu” é um sonho impossível, e a verdade nunca será alcançada, pelo menos não completamente. Mas será que essa incompletude da verdade, não a sua ausência, apenas sua incompletude, somada ao fato de que a história passa pela escrita, são suficientes para tira-la de seu campo especial, só seu, e colocá-la apenas como mais um gênero de outro campo do saber?

Referências

- BENATTI, Antonio Paulo. “História, Ciência, Escrita e Política” In. RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar o presente*. Campinas/SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* São Paulo: EDUSC, 2001.
- BURKE, Peter. “As fronteiras instáveis entre a história e a ficção”. In. AGUIAR, Flávio et alii (org.). *Gênero de Fronteira: Cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.
- CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, nº 13, 1994.
- HARLAN, David. “A História Intelectual e o retorno da narrativa” In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar o presente*. Campinas/SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- HARTOG, François. ‘A arte da narrativa histórica’. In BOUTIER, J. & JULIA, D. *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998.
- KRAMER, Lloyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra”. In. *A nova história cultural*. HUNT, Lynn (org.). São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1977.
- SARAMAGO, José. “A História como ficção, a ficção como história”. In. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis/SC: EDUFSC, 27:9, 2000.
- SCHMIDT, Benito Bisso. “Biografia: um gênero de fronteira entre a história e a Literatura”. In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar o presente*. Campinas/SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- VASCONCELOS, José Antonio. “História e Pós-estruturalismo”. In RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira. *Narrar o passado, repensar o presente*. Campinas/SP: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- WEINHARDT, Marilene. “Ficção e História: Retomada de antigo diálogo”. In. *Revista Letras*, n.58, Curitiba: Editora da UFPR, jul/dez, 2002.
- ZAMBONI, Ernesta.” Orientações metodológicas presentes no currículo e na docência do ensino de História do Brasil”. *Ágora*. v. 4, n.1-2, jan. 1998.

Recebido em 2014-01-13
Publicado em 2014-07-06

* Fonte da imagem:

http://beletristas.com/literatura-e-historia-ensaio-literario-e-intervencao-na-america-hispanica/#.U7WE_PldXmg